

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE IMPERATRIZ

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – LICENCIATURA**



Imperatriz

2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA - CURSO DE HISTÓRIA**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – LICENCIATURA**

Roseana Sarney Murad
Governadora do Maranhão

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Reitor da UEMA

Prof. Gustavo Pereira da Costa
Vice-Reitor da UEMA

Prof. Walter Canales
Pró-reitor de Administração

Prof. Antônio Pereira
Pró-reitor de Planejamento

Prof. Porfírio Candanedo Guerra
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof^a. Maria Auxiliadora Gonçalves de Mesquita
Pró-reitora de Graduação

Prof^a. Vânia Lourdes Martins Ferreira
Pró-reitora de Extensão e Assuntos Estudantis

Prof. Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho
Diretor do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz

Prof^a. Margarida Chaves dos Santos
Chefe do Departamento de História e Geografia

Prof^a. Regina Célia Costa Lima
Diretora do Curso de História

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

Profª. Msc. Margarida Chaves dos Santos
Chefe de Departamento da História e Geografia- CESI/UEMA
Profª. Esp. Regina Célia Costa Lima
Diretora do Curso de História - CESI/UEMA

ELABORAÇÃO

Profª. Esp. Regina Célia Costa Lima
Diretora do Curso de História- CESI/UEMA
Profª. Msc. Margarida Chaves dos Santos
Chefe de Departamento da História e Geografia- CESIUEMA

CORPO DOCENTE

Edmilson Rosa Bezerra
Jessé Gonçalves Cutim
Maristane de Sousa Rosa
José Siney Ferraz Rodrigues
Maria Aparecida Alves Coelho Rocha
Luís Maia da Silva
Moab Cesar de Carvalho
Regina Célia Costa Lima
Margarida Chaves dos Santos

Professores substitutos:

Domingos Bandeira Gonçalves
Fabrício do Nascimento Moura
Nice Rejane de Oliveira

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	09
2 JUSTIFICATIVA.....	10
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	13
3.1 Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).....	13
3.1.1 Histórico.....	14
3.1.2 Finalidades.....	14
3.1.3 Estrutura Organizacional.....	14
3.1.3.1 Da Administração.....	14
3.2 Centro de Estudos Superiores de Imperatriz	16
3.2.1 Departamento de História e Geografia.....	19
3.3 Filosofia institucional.....	20
4 AS BASES LEGAIS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	21
5 MISSÃO DO CURSO, OBJETIVOS E SEUS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS...22	
5.1 Missão do Curso.....	23
5.2 Objetivos do Curso de História (Licenciatura).....	23
5.3 Fundamentos Filosóficos da Ação Educativa.....	24
5.4 Fundamentos Ético-Políticos.....	25
6 CONCEPÇÃO TEÓRICA E DIDÁTICO-METODOLÓGICA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.....	25
6.1 Indissociabilidade entre Ensino e Pesquisa	26
6.2 Os Fundamentos Epistemológicos.....	27
6.3 Os Fundamentos Didático-Metodológicos.....	28
7 O PERFIL PROFISSIONAL E AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	29
7.1 Perfil Profissional dos Formandos.....	29
7.2 Competências e Habilidades.....	30
7.2.1 Competências e Habilidades Gerais.....	30
7.2.2 Competências e Habilidades Específicas.....	31
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	32
8.1 Estruturas Curriculares a ser Substituída.....	36
8.2 Nova Estrutura Curricular a ser Implementada no Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/CESI/2012.2.....	40
8.3 Ementário das Disciplinas.....	42
8.3.1 Disciplinas Núcleo Específico.....	42
8.3.2 Disciplinas Núcleo Comum.....	46
8.4 Equivalência Curricular.....	48

9 A PRÁTICA CURRICULAR.....	49
10 ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS.....	51
11 ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS – AACC.....	53
12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	55
13 ESTRUTURA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.....	55
13.1 Recursos Humanos.....	56
13.1.1 Colegiado do Curso.....	56
13.1.2 Direção do Curso.....	56
13.1.3 Núcleo Docente Estruturante.....	57
13.1.4 Corpo Docente.....	57
13.1.5 Corpo Técnico-Administrativo.....	59
13.1.6 Corpo Discente.....	60
13.2 Recursos Materiais.....	60
13.3 Horário de Funcionamento do curso.....	60
14 OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CURSO DE HISTÓRIA.....	61
15 METODOLOGIA E FORMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.....	62
16 METAS E DESAFIOS DO CURSO.....	64
17 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

1 APRESENTAÇÃO

Este projeto Político-Pedagógico é resultado do trabalho coletivo da comunidade acadêmica do curso de História, empenhada em levantar as capacidades e necessidades do curso, atualizando-o para as mudanças e novas demandas da sociedade maranhense. O colegiado do curso estabeleceu metas, definiu estratégias, a fim de melhor atender a missão deste curso a fim de vislumbrar os avanços necessários.

O processo de elaboração do projeto político-pedagógico foi marcado por debates que se voltavam para o aperfeiçoamento das práticas existentes e de novas propostas que venham contribuir para o novo perfil do profissional da História neste novo milênio.

A reestruturação do projeto político pedagógico visa fortalecer as ações do curso de História referente à formação dos/as estudantes e o aperfeiçoamento dos/as docentes, técnicos e gestores. Por outro lado, atende uma exigência normativa para renovação da aprovação do curso junto ao Conselho Estadual de Educação. Dessa forma, buscamos reforçar a importância do ato de planejar coletivamente as ações, visando garantir a qualidade da formação dos futuros profissionais de História que atuarão nos mais diversos setores da sociedade.

As primeiras propostas de elaboração do projeto político-pedagógico do curso foram elaboradas entre os anos de 2002 e 2006 visando atender as prerrogativas da LDB 9394/96, possibilitando uma melhor sistematização do processo educativo do curso de História Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão, entendendo-o como uma construção em determinado contexto histórico, tendo como sujeitos desse processo os docentes, discentes e técnicos. Por orientação do MEC, o documento vem sofrendo algumas alterações no sentido de atualizar dados referentes ao currículo, eventos realizados, criação de grupos de pesquisa, dentre outras mudanças relativas à dinâmica do curso.

Nessa perspectiva, a presente proposta contempla uma mudança focada na formação do profissional de História contemplando competências e habilidades para o

exercício da docência.

2 JUSTIFICATIVA

Todo processo de planejamento participativo, objetiva mudanças que são construídas em discussões coletivas. Elaborar uma proposta pedagógica nesta perspectiva requer um diagnóstico que expresse a trajetória do que tem sido feito no curso e aponte possibilidades de melhorias em seu processo de funcionamento.

De um modo geral, pode-se considerar “projeto” como um conjunto de ações e intenções visando superar as dificuldades e obstáculos do presente, a fim de atingir metas definidas para um futuro imediato, a médio e longo prazo. O Político e o Pedagógico são os aspectos centrais indissociáveis que justificam a relevância social do projeto do curso.

O fundamental do Projeto Político-Pedagógico é seu processo de constante (re) construção e avaliação permanente. Ele não pode ser confundido apenas com um conjunto de atividades relacionadas ao ensino. Da mesma forma, é inconcebível iniciar um processo de construção sem mobilização dos professores, estudantes e demais segmentos que compõe o coletivo do curso. Ou, ainda, elaborá-lo apenas cumprindo com as determinações burocráticas ou exigências legais. Também é um grande equívoco iniciar a discussão pelo currículo, pois seria mesmo que tentar construir uma casa começando pelo telhado. O currículo é o meio de organização da estrutura de ensino para se alcançar os objetivos da aprendizagem. Por essa razão, deve se partir dos objetivos do curso para definir o perfil do profissional que se quer formar, dotando-o com as competências e habilidades para o exercício da profissão. Além disso, tanto a Universidade como o Curso devem estabelecer as competências, indissociadas de uma posição ética perante a sociedade, definindo as “competências para que e para quem”.

O Projeto Político-Pedagógico deve se adequar aos imperativos legais e estabelecer as mudanças curriculares fundamentais para seu novo contexto. É preciso lembrar que o Projeto Político Pedagógico, como qualquer outro projeto, deverá ser constantemente aperfeiçoado, não se constituindo como um documento estático ou uma simples diretriz que imobiliza a própria dinâmica do processo educativo. Precisamos estabelecer uma dinâmica de constante discussão, avaliação e mudanças que se fizerem necessárias a partir das demandas da comunidade acadêmica e da sociedade em geral

O curso de História conta atualmente com onze docentes efetivos (com 09 em exercício e 02 licenciados), sendo um doutor, seis mestres (uma doutoranda) e quatro especialistas todos em regime de 40 horas. Este pequeno quadro docente impõe limites à realização de ações exigidas pela academia, apesar dos esforços dispensados na produção científica, trabalhos de extensão, projetos de iniciação científica, grupos de pesquisa, orientações de monografias, oferta de pós-graduação *Lato Sensu*, entre outras atividades acadêmicas.

Nos últimos anos, a Universidade do Estadual do Maranhão (UEMA) cresceu num ritmo acelerado, com o surgimento de novos cursos de graduação, extensão e pós-graduação. A procura da comunidade pela Universidade vem crescendo acentuadamente, especialmente em relação ao curso de História, aumentando o nosso compromisso em oferecer à comunidade sulmaranhense um curso sempre atualizado e que atenda as novas demandas exigidas pela sociedade.

Os estudantes que ingressam na UEMA trazem expectativas de pertencerem a uma instituição de educação superior que não se limita somente ao ensino, mas cumpre seu papel de produtora do conhecimento, oferecendo as condições para a pesquisa e extensão. Dessa forma, entendemos que a qualidade do ensino está diretamente associada a esta realidade dinâmica da instituição acadêmica, cada vez mais exigente e exigida socialmente.

Essas exigências impõem ao curso de História a criação e manutenção de grupos de pesquisas, desenvolvimento da iniciação científica, a extensão e instalação

de cursos de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*. Esse conjunto de exigências e necessidades precisa ser contemplada na proposta política e pedagógica do curso.

A partir desses princípios e diretrizes orientadoras, o Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão em Imperatriz busca redefinir o seu Projeto Político-Pedagógico. O Projeto foi elaborado a partir das discussões e contribuições da comunidade acadêmica, com sugestões e contribuições visando as mudanças consideradas necessárias. A sistematização do texto foi feita pela comissão designada em reunião de colegiado, tendo sua versão final aprovada no colegiado do curso ocorrido em março de 2012.

Este Projeto Político Pedagógico deve direcionar o curso na elaboração de um currículo que atenda aos objetivos do curso e também da Universidade. Assim, se constitui um instrumento apropriado para a viabilização de práticas democráticas, assumindo compromissos com a inclusão, a pluralidade, a diversidade, com respeito às diferenças culturais, étnicas e de gênero. O projeto do curso visa também dialogar com os movimentos sociais e as demais áreas das Ciências Humanas e Sociais, ampliando sua inserção no meio social.

Assim, este projeto político e pedagógico justifica-se basicamente por três aspectos: a necessidade de pensar o curso que queremos, oferecendo uma formação que contemple habilidades em licenciatura; o compromisso que a instituição tem com as mudanças pelas quais passa a sociedade; e as adequações necessárias no atendimento à legislação que se refere ao currículo.

O texto está dividido em vários tópicos, contendo a justificativa e as bases legais do projeto político pedagógico; a contextualização e histórico da universidade e do curso de História; os fundamentos filosóficos da ação educativa e os pressupostos pedagógicos do curso, explicitando uma concepção de educação e de história que representem o desejo do coletivo do curso; o perfil dos formandos na modalidade de licenciatura; competências e habilidades gerais e específicas; a estrutura do curso, com seus critérios para o estabelecimento de disciplinas obrigatórias e optativas; conteúdos curriculares básicos e complementares; formato dos estágios; características das

atividades complementares e formas de avaliação.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

3.1 Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

3.1.1 Histórico

A Universidade Estadual do Maranhão teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESMA) que foi criada pela Lei Estadual 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior no Maranhão. Constituída inicialmente de quatro unidades de Ensino Superior - Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Educação de Caxias - a FESMA incorporou a Escola de Medicina Veterinária em 1975 e a Faculdade de Educação de Imperatriz em 1979. A FESMA foi transformada em Universidade Estadual do Maranhão pela Lei 4.400, de 30 de dezembro de 1981.

A UEMA é uma autarquia de natureza especial. Goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com o que preceitua o Art. 272 da Constituição Estadual. Como Instituição de Ensino Superior teve o seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal 94.143, de 25 de março de 1987. Foi reorganizada pelas Leis nºs 5.921/94 e 5.931/94, alteradas pelas Leis nº 6.663/96 e nº 7.076/98. O Decreto nº 13.819/94 estabeleceu uma nova Estrutura Organizacional para a Universidade Estadual do Maranhão e o Decreto nº 15.581/97 aprovou o seu Estatuto.

A UEMA teve o seu Recredenciamento por 5 (cinco) anos por meio da Resolução nº 126/2008 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Maranhão, datado de 05 de junho de 2008, na forma da Resolução nº 298/06, de 28 de dezembro de 2006, daquele órgão, tendo em vista o Relatório da Comissão Avaliadora.

3.1.2 Finalidades

A UEMA tem por finalidade promover o desenvolvimento integral do homem, cultivar o saber em todos os campos do conhecimento, em todo o Estado do Maranhão, incumbindo-lhe:

I - Oferecer educação humanística, técnica e científica de nível superior;

II - Promover a difusão do conhecimento e a produção do saber e de novas tecnologias;

III - Interagir com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão;

IV - Promover, cultivar, defender e preservar as manifestações e os bens do patrimônio cultural e natural da Nação e do Estado do Maranhão.

3.1.3 Estrutura Organizacional

3.1.3.1 Da Administração

A UEMA, para os efeitos de sua administração, conta com órgãos deliberativos, normativos, executivos, suplementares e complementares.

São Órgãos Deliberativos e Normativos:

I - Conselho Universitário;

II – Conselho de Administração;

III – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV – Conselhos de Centros;

V – Colegiados de Cursos;

VI – Assembléias Departamentais.

São Órgãos Executivos:

I – Reitoria;

II – Pró-Reitorias;

III – Centros;

IV – Departamentos.

São Órgãos Suplementares e Complementares:

1) Suplementar:

I – Biblioteca

2) Complementares:

I – Fazendas Escolas;

II – Hospitais;

III – Núcleos Técnicos.

A Universidade Estadual do Maranhão compõe-se de vários Centros que comportam os Departamentos e os Cursos. Sua coordenação nos municípios ocorre a partir dos *campi* universitários. A organização *multicampi* é uma decorrência de circunstâncias históricas, em que a ação do Estado foi determinante. A UEMA funciona em alguns “campi” no interior do Estado, em cidades pólos de desenvolvimento do Maranhão:

Os Centros de Estudos Superiores da UEMA mais antigos, criados a partir do ano de 1968 com suas respectivas leis de criação são os seguintes:

Lei nº 2821/1968 (FEC)	Caxias
Decreto nº 7197/1979 (FEI)	Imperatriz
Decreto nº 13819/1994	Bacabal
Lei nº 5927/1994	Balsas

Atualmente os Centros de Estudos Superiores da Universidade Estadual do Maranhão estão distribuídos da seguinte forma, de acordo com sua lei de criação:

Lei nº 6947/97	Santa Inês
Lei nº 7759/02	Carolina *
Lei nº 7767/02	Açailândia
Lei nº 8034/03	São João dos Patos
Lei nº 8035/03	Barra do Corda
Lei nº 8057/03	Codó *
Lei nº 8058/03	Pedreiras
Lei nº 8111/04	Timon
Lei nº 8275/05	Grajaú
Lei nº 8315/05	Zé Doca
Lei nº 8316/05	Colinas
Lei nº 8336/05	Pinheiro
Lei nº 8337/05	Presidente Dutra
Lei nº 8338/05	Coelho Neto *
Lei nº 8339/05	Itapecuru-Mirim

Obs: Os Centros com asteriscos ainda não estão em pleno funcionamento

O raio de ação dos campi engloba as regiões circunvizinhas, não se limitando, pois, ao município sede. No campus de São Luís está o Centro Administrativo da Universidade.

3.2 Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - CESI

A História do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, inicia-se na administração municipal do então prefeito Francisco Xavier, que sancionou a Lei Municipal nº 10, de 08 de agosto de 1973, criando a faculdade de Educação de Imperatriz – FEI, cuja mantenedora era a Fundação Universidade de Imperatriz, que por força desta mesma lei teve a sua denominação mudada para Fundação de Ensino Superior de Imperatriz – FESI.

No período inicial eram oferecidos pela Faculdade de Educação de Imperatriz os cursos de Ciências, Estudos Sociais e Letras, todos de Licenciatura

Curta, os quais foram autorizados pelo parecer 75/74 do Conselho Estadual de Educação e pelo Decreto Federal 79861, de 27 de junho de 1979 e reconhecidos através da Portaria do Ministério da Educação nº 147, datada de 06 de fevereiro de 1980.

Em 16 de junho de 1979, a Faculdade de Educação de Imperatriz, através do decreto Estadual de nº 7.197, do então Governador João Castelo, foi incorporada à federação das Escolas Superiores do Maranhão –FESM.

Com a criação da UEMA, em 1981, a faculdade de Educação de Imperatriz passou a denominar-se Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz. E, através da Portaria do Ministério da Educação, de nº 501, de 03 de julho de 1985, autorizou a plenificação de todos os cursos da Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz que passou à denominação de CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE IMPERATRIZ-CESI que, atualmente, oferece os seguintes cursos:

a) de graduação.

1- Ciências:

- a) Habilitação em Matemática – Reconhecido pela Portaria 1696/92 do CFE;
- b) Habilitação em Química – Reconhecido pela Resolução nº 635/97 do CFE;
- c) Habilitação em Biologia – Reconhecido pela Resolução nº 568/97 do CEF;
- d) Habilitação em Física – ainda não implantado.

2- **Geografia** – Reconhecido pela Portaria nº 364/95 do CEF.

3- **História** – Reconhecido pela Portaria nº 897/92 do MEC.

4- Letras:

- a) Habilitação em Português/Inglês, reconhecido pela Portaria 585/92 do MEC;
- b) Habilitação em Português/Literatura – reconhecido pela Portaria 1810/94.

5- **Administração de Empresas** – autorizado pela Resolução nº 451/97 do CEE

6- **Pedagogia:**

7- **Agronomia**

8- **Medicina Veterinária**

9-**Engenharia Florestal**

b) de Pós-Graduação (especialização) – oferecida pelos diversos departamentos

De acordo com o Art. 24 do Estatuto dos Centros de Estudos Superiores, o CESI destina-se a formar profissionais na área de educação e bacharelado e de acordo com o Art. 25, as unidades e equipamentos que compõem o CESI são:

a) de execução:

- Departamento de Administração;
- Departamento de Educação;
- Departamento de Filosofia e Ciências Sociais
- Departamento de História e Geografia;

- Departamento de Letras;
- Departamento de Matemática e Física
- Departamento de Química e Biologia
- Departamento de Ciências Agrárias
- Departamento de Medicina Veterinária

b) Suplementar

Biblioteca

c) Recursos Materiais

Os Departamentos, muito embora ligados à Direção e a Escolaridade e Controle Acadêmico, possuem sua estrutura própria no que tange a espaço, recurso didático e funcionários de atendimento e apoio.

A Biblioteca do Centro funciona nos três turnos e conta com um acervo de 3.006 livros e 6.009 exemplares. Além 1.100 periódicos nacionais e 111 estrangeiros.

O Centro possui um laboratório de informática sob a responsabilidade do Departamento de Física e matemática, porém é uso compartilhado com todos os cursos de graduação.

3.2.1 Departamento de História e Geografia

O Departamento de História e Geografia executa as ações pertinentes aos Cursos de História e de Geografia dando o suporte técnico, teórico e pedagógico necessários aos cursos de licenciatura, em intercâmbio com os demais departamentos do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, que oferece disciplinas nos referidos cursos.

O Departamento se constitui a instância menor da Instituição do Ensino Superior, que trabalha diretamente com os docentes e discentes, oferecendo substrato teórico e pedagógico que articulam a capacidade de receber e interpretar o conhecimento com a de produzi-lo, de modo que os alunos sejam sujeitos da própria aprendizagem.

3.3 Filosofia institucional

Partindo do pressuposto de que todas as práticas humanas se dão orientadas por um processo de *conhecimento* que é formulado, amadurecido e desenvolvido no próprio exercício da prática. Em nossa cultura, esse *processo de conhecer*, específico do ser humano, está profundamente vinculado à escola, seja ela de nível básico, seja de nível superior. E por essa razão, acredita-se, que o Centro de

Estudos Superiores de Imperatriz-CESI, tornou-se uma presença marcante na vida do povo da Região Tocantina. Seja formando profissionais para o mundo do trabalho, seja através de assessoria tecnológica e pedagógica, identificando as potencialidades da região e interpretando as necessidades do povo que nela habita.

Tanto para alcançar uma sociedade nova, quanto para manter a que aí está, o domínio da cultura elaborada é fundamental e o CESI é um dos elementos que temos para trabalhar por uma sociedade mais justa. Não como uma universidade pronta, cristalizada. Pois, pelo simples fato de estar dentro de uma sociedade, em movimento, o CESI está metido no jogo das contradições sociais que perpassam por toda a sociedade imperatrizense.

Para os educandos e educadores que constroem o CESI e se constroem com CESI, a visão de escola é a mesma adotada por Paulo Freire onde a escola é, pois, uma instituição que só existe num contexto histórico de uma determinada sociedade. Para que seja compreendida, é necessário que antes se entenda a serviço de quem ela está atuando.

Enquanto categoria abstrata, instituição em si, portadora de uma natureza imutável da qual se diga é boa, é má, a escola não existe. Enquanto espaço social em que a educação forma, que não é toda a educação, se dá, a escola na verdade não é, a escola ESTÁ SENDO HISTORICAMENTE... A compreensão do seu ESTAR SENDO, porém, não pode ser lograda fora da compreensão de algo mais abrangente que ela – a sociedade mesma na qual se acha. (FREIRE, apud HARPER et al 1982 apresentação).

Para Paulo Freire, a escola deve ser um local onde seja possível o crescimento mútuo de professores e alunos, no processo de conscientização. Um projeto construído por todos e para todos.

Para que o CESI seja utilizado na perspectiva de democratização da sociedade tocantina, o núcleo de atenção da prática acadêmica deve ser a apropriação dos conteúdos da cultura, da ciência e da tecnologia. Tanto através das atividades de ensino como de pesquisa e extensão. A partir dessa perspectiva, acredita-se que o CESI consiga dar um passo qualitativo para, além do repasse de conhecimento, mas, um passo crítico de entendimento do mundo que ultrapasse as interpretações

fragmentárias e as superficialidades do conhecimento da práxis cotidiana. Ao dominar os instrumentos da cultura, enquanto concepção de mundo, o indivíduo assegura a compreensão do momento histórico vivido e se compromete na ação política. Esse papel o CESI pode e deve realizar. Essa é a nossa pretensão. Não apenas porque queremos, mas por ser uma condição fenomenológica de fazer universidade.

4 AS BASES LEGAIS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.

Os documentos legais que norteiam e dão suporte à proposta deste Projeto Político Pedagógico são:

- ❖ As diretrizes curriculares para os cursos de História – estabelecidas pela Resolução CNE/CES n°. 13/2002 de 13 de março de 2002 e com fundamentos nos pareceres CNE/CES n°. 492/2001 de 09 de julho de 2001 e CNE/CES n° 1363/2001 de 25 de janeiro de 2002.
- ❖ As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena – instituída pela resolução CNE/CP n°. 01/2002 de 18 de fevereiro de 2002 e com fundamentos nos pareceres CNE/CP n°. 09/2001 e CNE/CP n°. 27/2001 de 17 de janeiro de 2002.
- ❖ A Resolução CNE/CP n°. 02/2002 de 19 de fevereiro de 2002, com fundamentos no parecer CNE/CP n° 28/2001 de 17 de janeiro de 2002 que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- ❖ Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio.
- ❖ A Lei n°. 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- ❖ A Lei n° 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação e que destaca como núcleo estratégico do ensino superior a manutenção da indissociabilidade entre o ensino pesquisa e extensão, além de determinar a implantação de ações extensionistas no currículo de graduação.
- ❖ A Lei n° 10.639/2003, que prevê a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de História da África, da luta dos negros no Brasil e de Cultura Afro-brasileira no Ensino

Fundamental e Médio.

- ❖ A Lei nº 11.604/2008, que modifica a LDB 9394/96, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- ❖ A Resolução nº 423/2003, que trata das Normas de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão.
- ❖ Dimensão Prática nos Cursos de Licenciatura da UEMA: organização técnico-pedagógica, 2009.

5 MISSÃO DO CURSO, OBJETIVOS E SEUS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS

5.1 Missão do Curso

O curso tem por missão licenciar profissionais em História, capazes de construir e disseminar conhecimentos científicos e culturais, alicerçados na pesquisa, nas exigências sociais, educacionais e nas necessidades de transformação do contexto político, econômico e social, concentrando esforços para:

- Formar profissionais habilitados para atuarem no ensino, na pesquisa e na extensão, comprometidos com a realidade mediata e imediata;
- Produzir ciência útil.
- Formar profissionais para atuarem no Ensino Fundamental e Médio, assegurado por uma base científica de modo a desenvolver e valorizar a justiça, a solidariedade e a ética.
- Formar profissionais comprometidos com a interação ser humano-natureza, com a conservação e a promoção da vida em todas as suas dimensões.

5.2 Objetivos do Curso de História (Licenciatura)

- Consolidar a concepção de que a formação do profissional de história requer a

indissociabilidade entre ensino e pesquisa;

- Formar professores e pesquisadores de história com capacidade de desenvolver as diferentes solicitações profissionais, e conscientes da necessidade de formação continuada para sua atualização profissional;
- Construir uma prática pedagógica dinâmica capaz de adaptar-se as demandas sociais e as necessidades de atualização permanente;
- Garantir um ensino contextualizado, problematizado e articulado com pesquisa e extensão, visando uma atuação multidisciplinar;
- Possibilitar o debate da História local e nacional, estabelecendo as relações com a história mundial e suas tendências historiográficas;
- Envolver professores e estudantes no processo de construção do conhecimento histórico, para que haja aprendizagem, descoberta, crítica e produção historiográfica;
- Produzir trabalhos monográficos, artigos, resenhas, seminários, que priorizem a História do Maranhão e do Brasil;
- Organizar e oferecer atividades complementares ao currículo, objetivando a iniciação científica, a produção historiográfica, estágios, programas especiais ligados a instituições públicas e privadas, bem como atividades associativas;
- Orientar os estudantes no sentido de um compromisso profissional ético, responsável, crítico e consciente da sua ação na construção da cidadania;
- Colaborar com a formação de estudantes capazes de lerem a realidade em que vivem e se posicionarem de forma consciente;

5.3 Fundamentos Filosóficos da Ação Educativa

Dentre os quatro princípios propostos para a educação no século XXI – *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser* – destaca-se o aprender a conhecer, base que qualifica o fazer, o conviver e o ser, síntese de uma educação que prepara o indivíduo e a sociedade para os desafios futuros, em um mundo em constante e acelerada transformação (BRASIL, 1999).

A educação permanente pressupõe uma formação baseada no desenvolvimento de competências e habilidades específicas e básicas para cada área e especialidade do conhecimento particular. No caso da História, o processo

cognitivo implica “pensar historicamente” a trajetória humana no tempo e no espaço, rearticular a imensa gama de informações do mundo moderno, de maneira a construir reflexões sobre o presente, a sociedade e o ser humano. Esta postura não incorre em qualquer tipo de presentismo, mas da compreensão do presente enquanto espaço de materialidades e mentalidades que denunciam a presença de outros tempos, outros modos de vida sobreviventes do passado, outros costumes e outras modalidades de organização social, que continuam de alguma forma, presentes na vida das pessoas e da coletividade. (BRASIL, 1999).

Cabe ressaltar ainda que o conhecimento histórico enfrenta os desafios de um mundo onde a velocidade das transformações tende a naturalizar processos, reforçando os espaços da não-reflexão, oriundos de uma espécie de “perda da capacidade de duvidar”. O “senso comum” do ser moderno, marcado por um anseio de novidades, torna o *histórico* sinônimo de *velho* e, portanto, desinteressante. São perante os desafios do mundo atual que o conhecimento histórico busca a articulação do homem no tempo e no espaço, reelaborando o conhecimento historicamente acumulado a partir das questões do presente.

5.4 Fundamentos Ético-Políticos

Os fundamentos ético-políticos pleiteados são: respeito à diversidade do ser, compromisso, autonomia, igualdade de oportunidades, gestão participativa, conhecimento interdisciplinar, liberdade de pensamento e de expressão, solidariedade, indispensáveis para a construção de uma realidade mais justa e de indivíduos capazes de exercer seu papel na sociedade, enquanto cidadãos atuantes em prol de transformações e do conhecimento.

Uma atuação profissional responsável, atualizada em relação às questões sociais, com vistas à identificação e à resolução de problemas, torna-se possível quando a capacidade de auto-análise, e o autoconhecimento são aprimorados, resultando em relações interpessoais maduras e respeitadas.

6 CONCEPÇÃO TEÓRICA E DIDÁTICO-METODOLÓGICA DO CURSO DE

GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ao apresentar a nova proposta do curso de graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão, contemplando a formação em licenciatura, consideramos importante não estabelecer uma dicotomia na formação do profissional, a exemplo do que tradicionalmente ocorre com a divisão entre aqueles que vão atuar no ensino e aqueles que vão atuar na pesquisa. Partimos do pressuposto da indissociabilidade desses conhecimentos, competências e habilidades na formação de um profissional apto a produção, difusão e transmissão dialógica do conhecimento.

Sendo assim, a construção da formação de um profissional nessa perspectiva, pressupõe dotá-lo de autonomia, criticidade, com capacidade de refletir sobre a realidade em que vive e interagir com a diversidade sociocultural. Essa formação requer a oferta de condições estruturais, tanto nos aspectos físicos, administrativos e pedagógicos, que possam atender as demandas de uma formação integral.

O profissional em História com essa formação estará apto para desenvolver a docência e a pesquisa, como professor pesquisador e outras funções relacionadas ao campo do conhecimento histórico e da docência.

6. 1 Indissociabilidade entre Ensino e Pesquisa

A prática historiográfica em nosso meio acadêmico tem mostrado que os historiadores pouco refletem a respeito do saber que estão produzindo e o significado social da produção do conhecimento histórico. No entanto, essa reflexão é essencial para se pensar a prática profissional e o perfil de profissional que queremos formar.

Um dos pressupostos do fazer histórico está relacionado ao contexto, ao lugar social ocupado pelo historiador e ao suporte teórico deste. O lugar de onde parte o discurso historiográfico, conforme Certeau (2000, p.66) desempenhará um papel decisivo na construção de certa historiografia e das visões e interpretações que serão constituídas: “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. (...) É em função deste lugar que se instauram os

métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas se organizam”.

A historiografia relegou por muito tempo para um segundo plano os trabalhadores, negros, índios, mulheres, entre outros sujeitos marginalizados. Essa história tradicional priorizava os sujeitos históricos das elites dominantes, aspecto que predominou no ensino de história até quase o final do século XX, deixando marcas que ainda são visíveis até hoje na percepção do senso comum, que identifica a disciplina história com um emaranhado de nomes e datas, com ênfase para as elites políticas e econômicas.

Com a profissionalização da área de História por meio dos cursos de graduação e pós-graduação, com a produção e publicação de obras baseadas em uma história renovada, outras abordagens têm sido apresentadas, de uma história que contempla diferentes sujeitos sociais, enfatizando o cotidiano, a vida privada, as relações étnicas e de gênero.

A renovação da produção do conhecimento histórico presente na academia precisa ser acompanhada na didática da história, ou seja, no ensino básico. Daí a importância de fomentar a formação do profissional de história para as habilidades de docência e pesquisa. O curso de História, da Universidade Estadual do Maranhão, apresenta nesta proposta a formação de profissionais de História com atuação nos campos do ensino e da pesquisa, assumindo o trabalho pedagógico como reflexão e pesquisa.

Este é o grande desafio desta proposta, o de inserir na formação de profissionais de História as habilidades e competências para as formas de ensinar e fazer História. Neste sentido, além do currículo, a importância dos grupos de pesquisa, da iniciação científica, dos eventos acadêmicos para a divulgação do saber histórico, as práticas pedagógicas, os estágios, entre outras atividades que unam teoria e prática para o desenvolvimento do ensino e pesquisa.

6.2 Fundamentos Epistemológicos

Os elementos epistemológicos almejados para o curso de História em Licenciatura se fundamenta nos conhecimentos baseados nas correntes teóricas dos paradigmas científicos dos séculos XX e XXI no campo da história, com destaque para as correntes teóricas do novo marxismo, da Escola dos Annales, da História Cultural, da Escola de Frankfurt. Também ancorados nessas teorias, entendemos como necessário para o profissional de História ampliar a linguagem discursiva, tão comum em nossa prática, através do domínio de técnicas e análise semânticas ou semióticas aplicadas a diferentes linguagens, textual, iconográfica, audiovisual, ou seja, mais instrumentação para o trabalho com as fontes.

O curso contempla em seu currículo a História econômico-social, o estudo das classes, dos grupos sociais, das categorias sócio-profissionais, as idéias políticas, patrimônio, imaginário, representação, memória, construção simbólica, identidade, educação, entre outras abordagens e categorias teóricas. Numa perspectiva interdisciplinar, dialoga com outros campos do conhecimento como: Arqueologia, Literatura, Antropologia, Sociologia, Psicanálise, Geografia.

O conhecimento é a instrumentação primordial para a inovação, pois, o confronto da realidade só pode ser feito com a compreensão da história. No entanto, a produção do conhecimento que confronta o ser humano tem como ponto de partida o concreto de uma prática que precede a teoria e cujo resultado é uma teoria articulada com o fazer. Esse processo só pode ser construído quando ocorre transformação coletiva, pois, deve pautar-se, sobretudo, na socialização e na democratização do saber (VEIGA, 2001).

6.3 Fundamentos Didáticos- Metodológicos

Os fundamentos didáticos precisam favorecer aos alunos na elaboração dos conteúdos, por meio de técnicas de ensino e pesquisa que valorizem as relações solidárias e democráticas. Para tal é necessário que a metodologia adotada inclua: pesquisa de campo, oficinas pedagógicas, debates e discussões, trabalho em grupo, visitas a arquivos, entrevistas, estudo de texto, observação de práticas escolares etc.

Faz-se necessária ainda, a construção de uma prática pedagógica voltada para o trabalho interdisciplinar, pautada em um planejamento compartilhado entre discentes e docentes. Adotar a construção de propostas pedagógicas e avaliações que valorizem não apenas o conteúdo, mas, também, as habilidades que o aluno já desenvolveu na sua formação e aperfeiçoá-las em sala de aula. Assim, o processo de construção dos saberes exige a ampliação das práticas democráticas.

7 O PERFIL PROFISSIONAL E AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

7.1 Perfil Profissional dos Formandos

O graduado em História deverá estar capacitado ao exercício do trabalho do professor-historiador, em todas as suas dimensões, considerando as áreas de atuação existentes atualmente para o profissional dessa área. O graduado em História (licenciado) deverá atuar no ensino e na pesquisa, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Atendidas as exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses da UEMA, preparar o profissional de forma complementar e interdisciplinar com condições de suprir as demandas sociais relativas ao seu campo de atuação, ou seja, magistério em todos os níveis, preservação de patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos e turísticos, considerando a abrangência do conhecimento.

Enfim, as atividades de um graduado em História não se restringem apenas ao exercício do magistério, uma vez que a formação do profissional de História se fundamenta no exercício da pesquisa, não podendo a formação do docente ser compreendida sem o desenvolvimento da capacidade de produzir conhecimento. Assim sendo, o formando em história deverá estar apto para:

- ✓ Atuar como professor/pesquisador de forma crítica nas análises de questões políticas, econômicas e sociais;
- ✓ Fazer diagnóstico de problemas tanto de ensino como de pesquisa e encaminhar

- soluções que construa saídas voltadas para um pensar e agir libertador;
- ✓ Participar de atividades educacionais e técnicas em diferentes níveis da educação básica e da pesquisa;
 - ✓ Atuar em prol da preservação do patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial, considerando a importância desses acervos para a sociedade;
 - ✓ Organizar, coordenar programas, equipes multidisciplinares, etc.;
 - ✓ Preparar e executar tarefas técnicas nas diferentes áreas da história, no âmbito de sua formação;
 - ✓ Desenvolver projetos, consultorias, ideias inovadoras, estratégias, capazes de ampliar e aperfeiçoar a ação profissional, procurando realizar o trabalho sem perder a visão crítica e transformadora da realidade.

7.2 Competências e habilidades

A noção de competência refere-se à “capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação” (PERRENOUD, 2000, p. 15). Por essa razão, o curso de graduação em História deve orientar seu currículo para a construção das competências e habilidades fundamentais para a formação dos seus futuros profissionais, conforme exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer nº CNE/CES 492/2001).

Espera-se a capacidade teórica e prática na formação do graduado em História (licenciado), uma vez que a pesquisa fundamenta o trabalho do profissional em História, o que implica na produção e mediação do conhecimento.

O curso de História deve fomentar processos e práticas que resultem na formação de profissionais competentes, que respeitem as diferenças, em especial, de aprendizagem entre os educandos. É fundamental o desenvolvimento de capacidades que contribuam para uma consciência política mais participativa dos estudantes de História, sendo capazes de refletirem sobre as questões e os problemas locais, do país e do mundo, a fim de posicionar-se de forma crítica e coerente.

7.2.1 Competências e Habilidades Gerais

- Dominar as diferentes concepções teórico-metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer os conteúdos básicos referentes às diferentes épocas históricas e regiões do mundo, nas várias tradições civilizatórias, assim como sua interrelação;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, de forma transdisciplinar;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- Dominar as competências básicas na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC's)
- Conduzir sua prática profissional por meio de princípios e valores éticos, reconhecendo e respeitando a diversidade dos sujeitos sociais;

7.2.2 Competências e Habilidades Específicas

- Ter domínio dos conteúdos básicos e procedimentos didático-científicos que são objeto de ensino-aprendizagem na educação básica;
- Ter domínio dos métodos e técnicas de pesquisa que permitam a produção e difusão do conhecimento histórico;
- Atuar com autonomia intelectual, posicionando-se de maneira crítica diante de diferentes situações que envolvem a realidade política, econômica e sociocultural;
- Fazer a leitura dos diferentes contextos históricos, levando em consideração a complexidade das relações de poder, resistências e alteridades que constituem a realidade social;

- Desenvolver pesquisas que contribuam para o constante (re)fazer da prática historiográfica, com um olhar crítico para os procedimentos teórico-metodológicos que embasam esse campo do saber;
- Planejar e coordenar projetos de pesquisa, individuais e coletivos, que possibilitem a atuação em diferentes espaços e contextos da prática profissional;
- Coletar, processar e sistematizar diferentes fontes de pesquisa, para conhecimento dos procedimentos de análise empírica;
- Organizar, implantar e dirigir serviços de pesquisa histórica, seja em âmbito acadêmico ou em instituições públicas e privadas de preservação da memória e do patrimônio histórico;
- Elaborar projetos para serem desenvolvidos em nível de Pós-Graduação;
- Analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, fazendo uso de estratégias e procedimentos diversificados para diferentes situações;
- Fazer uso de procedimentos diversificados de avaliação da aprendizagem, a fim de acompanhar o percurso e rever suas propostas de intervenção pedagógica;
- Refletir sobre a prática docente, analisando o próprio fazer profissional e as condições do meio educativo;
- Promover uma prática educativa que leve em consideração as diferentes características dos estudantes e de seu meio social, bem como suas necessidades socioculturais em sintonia com as demandas do mundo contemporâneo;
- Desenvolver uma reflexão sistemática entre a produção do conhecimento e a experiência didático-pedagógica.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo proposto para o curso de Graduação em História – Licenciatura - da Universidade Estadual do Maranhão, levou em consideração as normas do Plano Nacional de Graduação (PNG), estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como a legislação interna desta instituição: Normas Gerais do Ensino de Graduação (NGEG/UEMA); as orientações elaboradas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e pela Pró-Reitoria de Graduação (PROG).

O currículo do curso de graduação em História visa promover e capacitar o profissional em História para a docência e difusão. Por essa razão, será constituído por um conjunto de disciplinas e atividades de ensino e pesquisa, tanto na área do ensino, como do conhecimento histórico. Este currículo foi organizado articulando a formação pedagógica e específica da História licenciatura, com carga horária prevista de **3285** horas, com **171** créditos.

O currículo é estruturado por conteúdos integradores e estabelece disciplinas de Núcleo Comum (NC), Núcleo Específico (NE), e o Núcleo Livre (NL), distribuídos em oito períodos, com base no Parecer CNE/CES 492/2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História.

O curso segue também a resolução Nº 423/2003/CONSUN/UEMA, de 4 de dezembro de 2003, que em seu Artigo 7º estabelece a composição do currículo do curso, a saber:

- *Disciplinas obrigatórias* que constituem o núcleo comum, não podendo ultrapassar a 70% da carga horária total.
- *Disciplinas específicas* que constituem o núcleo específico, sendo obrigatórias e devem conter pelo menos 20% da carga horária total.
- *Disciplinas optativas* que constituem o núcleo livre, que é o conjunto de conteúdos programáticos que objetiva liberdade ao aluno para ampliar sua formação, e sua carga horária não pode ultrapassar a 10% do total da carga horária do Curso.
- *Atividades complementares* que é o conjunto de atividades acadêmicas não só em disciplinas escolhidas e desenvolvidas pelos alunos e também por professores durante o período do Curso.

A oferta de disciplinas no Curso ocorre normalmente, e seguirá essa mesma organização periodicamente, com o suporte do Departamento de História e Geografia para as disciplinas de *Núcleo Específico*, do Departamento de Educação e Filosofia (DEFIL) para as disciplinas do *Núcleo Comum*, e do Departamento de Ciências Sociais

para as demais disciplinas complementares obrigatórias.

O curso de História está trabalhando, atualmente, com um currículo a ser cumprido em 04 (quatro) anos (ver Tabela 2), cumprindo um total de **3330** horas. O currículo definido e aprovado neste projeto deverá vigorar a partir do primeiro semestre de 2012, com uma carga horária de **3285** horas, cumprindo as diretrizes do MEC e do NGEG/UEMA e estabelecendo a formação única em licenciatura e bacharelado.

As Normas Gerais de Graduação (NGEG/UEMA), em seu Art. 7º, estabelecem como **Núcleo Comum** o conjunto de disciplinas obrigatórias de conteúdos integradores para a formação do profissional. Em seu parágrafo 1º, entende as disciplinas do Núcleo Comum (NC) como sendo comuns à licenciatura, ao bacharelado e aos cursos de tecnologias. A carga horária total do NC é definida em resolução que fixa o currículo de cada curso e não poderá ser superior a 70% (setenta por cento) da carga horária total de disciplinas necessárias para a integralização curricular de cada graduação.

O Art. 7º. Parágrafo 2º, que estabelece o **Núcleo Específico** (NE), define que este é o conjunto de conteúdos programáticos que darão especificidade à formação profissional. O núcleo específico será ministrado em disciplinas específicas, cujo elenco será determinado na resolução que fixa o currículo do curso. As disciplinas do NE serão definidas como obrigatórias e sua carga horária deverá ocupar um mínimo de 20% da carga horária total em disciplinas necessárias para a integralização curricular.

O somatório da carga horária do NC e do NE totalizará um mínimo de 90% (noventa por cento) da carga horária de disciplinas necessárias para a integralização curricular (Art. 7º, parágrafo 3º).

Quanto ao **Núcleo Livre** (NL), é o conjunto de conteúdos programáticos que objetiva garantir liberdade ao aluno para ampliar sua formação e deverá ser composto por disciplinas por ele escolhidas entre as oferecidas no âmbito da universidade, cuja

carga horária corresponderá, no máximo, a 10% (dez por cento) do total da carga horária de disciplinas necessárias para a integralização curricular.

As disciplinas do Núcleo Livre são as optativas, em que o aluno será obrigado a cursar **120 horas** (ver Tabela 05). As disciplinas optativas, que serão oferecidas pelos departamentos competentes (listadas na tabela 04), serão escolhidas livremente pelo aluno, sendo a universidade obrigada a oferecê-las, desde que na disciplina tenha 10 (dez) alunos matriculados e inscritos na secretaria do curso, em data estabelecida pela direção do curso de acordo como o calendário universitário.

Além das disciplinas do NC, do NE e NL, serão obrigatórias **225 horas** de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), atendendo as exigências normativas que estabelecem como atividades complementares ao currículo a realização de seminários, participação em eventos, discussões temáticas, atividades acadêmicas à distância, iniciação à pesquisa e à extensão, vivência profissional complementar.

A duração do curso será medida em anos, horas-aula e créditos, dentro da progressão mínima e máxima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação. No Curso de História (Licenciatura) da UEMA, os limites para integralização do curso corresponderão ao mínimo de 04 anos e no máximo 08 anos. A quantidade de horas/aula total será de **3.285** horas, correspondente a **171** créditos.

O adiantamento de disciplinas obrigatórias poderá ser feito pelo aluno, conforme sua escolha, dependendo do seu próprio desempenho, sem perder de vista as exigências contempladas nas Normas Gerais do Ensino de Graduação, estabelecidas na Resolução nº 423/2003/CONSUN/UEMA.

As atividades curriculares serão desenvolvidas no turno **matutino e noturno**, conforme as entradas de alunos no curso após aprovação no processo seletivo (vestibular) da UEMA. Ficará a cargo do colegiado de curso aprovar o total de entrada de alunos a cada ano, depois de verificadas as condições de

oferecimento de disciplinas e do próprio curso.

Será permitido aos alunos cursarem durante todo o curso 03 (três) disciplinas em outro turno diferente da opção do vestibular. Em situações especiais, a decisão caberá ao Colegiado de curso.

Somente será conferido o grau de Licenciado em História ao estudante que concluir o limite mínimo de **3.285** horas, correspondentes as disciplinas obrigatórias, optativas, atividades acadêmico-científico-culturais e o trabalho de conclusão de curso (monografia). Esta carga horária vale para os alunos que ingressarem no curso a partir da vigência curricular deste projeto pedagógico.

Os alunos que ingressaram no curso em anos anteriores a vigência desta nova organização curricular deverão cumprir as exigências dos critérios de equivalência, conforme destacaremos a seguir.

Neste momento da implementação do PPP do Curso de História e da reformulação dos currículos da Graduação em âmbito nacional, obedecendo ao que dispõe o Regimento Interno da UEMA, às diretrizes curriculares emanadas do Conselho Nacional de Educação e à legislação em vigor, tendo em conta que o currículo é a expressão do projeto pedagógico de cada curso, abrangendo o conjunto de áreas do conhecimento e atividades, experiências e situações de ensino-aprendizagem relacionadas à formação do aluno, sugerimos a implementação à partir do PPP em discussão, sugerimos o currículo pleno abaixo para o Curso de Licenciatura em História da UEMA.

8.1 Estrutura curricular a ser substituída

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO
01	INTRODUÇÃO À HISTÓRIA	60	04	VESTIBULAR
01	HISTÓRIA DA FILOSOFIA	60	04	VESTIBULAR
01	SOCIOLOGIA GERAL	60	04	VESTIBULAR
01	PSICOLOGIA GERAL	60	04	VESTIBULAR
01	TÉCNICAS DE RED. E PROD. TEXTUAL	60	04	VESTIBULAR
01	METODOLOGIA DO TRAB CIENTIFICO	60	04	VESTIBULAR
01	PRATICA DESPORTIVA	30	02	
01	PRÁTICA DE ENSINO – PEDAG. DE PROJETOS	30	02	
02	ANTROPOLOGIA NACIONAL E REGIONAL	60	04	
02	HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE	60	04	
02	TEORIAS DA HISTÓRIA	60	04	
02	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	04	
02	ELEMENTOS DE POLÍTICA	60	04	
02	PRÁTICA DE ENSINO-HIST E MEMÓRIA	90	06	
02	ELETIVA	60	04	
03	HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA	60	04	
03	HISTORIOGRAFIA CONTEMPORANEA E BRASILEIRA	60	02	
03	DIDÁTICA	60	02	
03	MÉTODOS E TÉCN DA PESQ EM HISTÓRIA	60	02	
03	PRÁTICA DE ENSINO – PATRIMONIO HISTÓRICO E CULTURAL	90	06	
03	ELEMENTOS DE ÉTICA HUMANISTA	60	04	
04	HISTÓRIA DA CULT NA MODERNIDADE	60	04	
04	HISTÓRIA DA AMERICA COLONIAL	60	04	
04	HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL	60	04	
04	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	60	04	
04	SEMINÁRIO TEMÁTICO	90	06	

04	ELETIVA	60	04	
05	HISTÓRIA DO BRASIL IMPERIAL	60	04	
05	ESTRUT E FUNC DE ENS FUND E MÉDIO	60	04	
05	POLITICA E ECON. NA MODERNIDADE	60	04	
05	INF. E MULTIMEIOS APLIC. À EDUCAÇÃO	60	04	
05	METOD. P/ ENS DE HIST NO ENS. FUND.	60	02	
05	HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE	60	04	
05	PRÁTICA DE ENSINO-PROD. TEXTUAL EM HISTÓRIA	60	04	
06	ELEMENTOS DE GEOGRAFIA HUMANA	60	04	
06	HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO	60	04	
06	HISTÓRIA DA AMÉRICA CONTEMPORÂNEA	60	04	
06	HISTÓRIA DO MARANHAO COLONIAL	60	04	
06	HISTÓRIA DAS REVOLUÇÕES NO MUNDO CONTEMPORANEO	60	04	
06	METODOL P/ O ENS DE HIST NO ENS. MEDIO	60	04	
06	SEMINÁRIO TEMÁTICO	90	06	
07	HISTÓRIA DAS TRANSF NO MUNDO CONTEMPORANEO	60	04	
07	HISTÓRIA DO MARANHAO IMPERIAL	60	04	
07	PRÁTICA DE ENSINO-HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL	90	06	
07	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL	180	4	
08	HISTÓRIA DO MARANHAO REPUBLICANO	60	04	
08	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	30	01	
08	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ENSINO MÉDIO	225	05	

08	MONOGRAFIA			
----	------------	--	--	--

8.2 Nova estrutura curricular a ser implementada no Curso de História da

		3330		
--	--	------	--	--

Carga horária: 3330 horas

Conteúdo científico- cultural: 2310 horas

Estagio curricular supervisionado: 405 horas

Prática de ensino: 405 horas

8.2 Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/CESI/2012.2

Período	Cód.	Disciplina	Tipo	C.H	Créditos
01		Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica	NE	60	04
01		História do Oriente Antigo	NE	60	04
01		Leitura e Produção Textual	NC	60	04
01		Filosofia	NC	60	04
01		Sociologia da Educação	NC	60	04
01		Metodologia Científica	NC	60	04
				360	24
02	1	História do Mediterrâneo Antigo	NE	60	04
02	2	Teoria da História	NE	60	04
02	3	Arqueologia	NE	60	04
02	4	História Medieval	NE	90	06
02	5	Antropologia	NE	60	04

02	6	Prática – Pedagogia de Projetos (dimensão político- social)	NE	90	02
				420	24
03		História Moderna	NE	90	06
03		Psicologia da Educação	NC	60	04
03		História dos povos Pré- Americanos	NE	60	04
03		História do Brasil Colonial	NE	60	04
03		História do Maranhão Colonial	NE	60	04
03		História da América Colonial	NE	60	04
03		História da África	NE	60	04
				450	30
04		Política Educacional Brasileira	NC	60	04
04		Didática	NC	60	04
04		História da América Independente	NE	60	04
04		História do Brasil Imperial	NE	60	04
04		História do Maranhão Imperial	NE	60	04
04		Prática – Dimensão Curricular no Ensino Fundamental	NE	180	04
				480	24
05		História do Mundo Contemporâneo	NE	90	06
05		História da América Contemporânea	NE	60	04
05		História do Brasil Republicano	NE	60	04
05		História do Maranhão Republicano	NE	60	04
05		Historiografia Brasileira	NE	60	04
05		Teoria e Metodologia da História	NE	60	04
				390	26
06		Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica	NE	60	03
06		História dos Povos Nativos Brasileiros	NE	60	04
06		História do Brasil Contemporâneo	NE	60	04

06		Prática – Dimensão Curricular no Ensino Médio	NE	135	03
06		Libras	NC	60	03
06		Tópicos Especiais (optativa)	NL	60	04
				435	21
07		Estágio Superv. do Ensino Fundamental	NE	225	05
		História e Cultura Afro- Brasileira	NE	60	04
		Tópicos Especiais (optativa)	NL	60	04
				345	13
08		Estágio Supervisionado do Ensino Médio	NE	180	04
		Atividades Acadêmico- Científico- Culturais	–	225	05
		Trabalho de Conclusão de Curso		–	
				405	09
		Total		3285	171

Tabela 5 - Relação de Disciplinas Optativas Propostas por este PPP

QUADRO DO NÚCLEO LIVRE

CODIG O	DISCIPLINAS/EMENTAS	C H	C R
	História e Cinema	60	04
	História e Cultura	60	04
	História e Música	60	04
	História Oral	60	04
	História e Memória	60	04
	História da Educação Brasileira	60	04
	História dos Movimentos Sociais	60	04
	História Agrária	60	04
	História da Moda	60	04
	Gênero e História	60	04
	História da Saúde e das Doenças	60	04
	Paleografia	60	04
	História das idéias políticas	60	04
	Patrimônio Cultural	60	04

	História das Religiões	60	04
	História do Sindicalismo no Brasil	60	04
	História da Cultura e da Arte	60	04
	História e Imagem	60	04
	História e Literatura	60	04
	Educação Inclusiva	60	04
	Tópicos Emergentes em História	60	04

8.3 Ementário das disciplinas

8.3.1 Disciplinas Núcleo Específico

Disciplinas – Ementas
<p>Introdução ao Estudo e à Pesquisa Histórica – Conceitos e pressupostos do conhecimento histórico. Relações da história com outras ciências sociais. Iniciação a pesquisa histórica. Estudo dos objetos, das fontes e dos métodos em história e da intervenção do historiador na produção do conhecimento. Reflexões sobre o ofício do historiador.</p>
<p>História do Oriente Antigo - Desconstrução da noção de “Ocidente” e “Oriente”. Discussão sobre as culturas que se desenvolveram em torno do Mediterrâneo - sociedades Mesopotâmicas - e aquelas do chamado extremo oriente – China, Japão e Mongólia. Análise crítica dos discursos produzidos na e sobre a antiguidade dita “Oriental”. Análise da documentação arqueológica produzida pelas sociedades orientais propostas.</p>
<p>Teoria da História - A passagem da hominização à humanização da história. A concepção de história antiga e moderna, a cristandade e o devir histórico. Iluminismo e história. As correntes históricas do século XIX: positivismo, historicismo e marxismo.</p>
<p>Arqueologia - As fontes arqueológicas e o estudo da História. A trajetória do uso das fontes arqueológicas no estudo da História. Questões teóricas e metodológicas. Estudos relativos a arqueologia e os diversos períodos da História. As teorias que orientam a pesquisa arqueológica.</p>
<p>Antropologia - Introdução: relação com as demais ciências. Principais teóricos, conceitos, relações sociais e culturais no Brasil. Objeto na antropologia.</p>
<p>História do Mediterrâneo Antigo -- Revisão crítica da historiografia relativa à antiguidade dita “ocidental”. Discussão sobre as culturas que se desenvolveram em torno do Mediterrâneo (Helênica e Romana). Análise crítica dos discursos produzidos na e sobre a antiguidade dita “Ocidental”. Análise da documentação arqueológica produzida pelas sociedades mediterrânicas do recorte proposto.</p>

<p>História Medieval – Invasões Bárbaras. . Império Bizantino. Império Carolíngio O Feudalismo na sociedade medieval ocidental. O Islamismo. As Cruzadas. Desagregação do Sistema Feudal</p>
<p>História dos Povos Pré-Americanos - Análise crítica da historiografia sobre as sociedades meso-americanas e andinas. Discussão sobre a ocupação do espaço “americano”. Diálogo entre História e arqueologia como fundamental para a compreensão das culturas antigas da América. O choque das conquistas e a construção simbólica do “Novo Mundo”.</p>
<p>História Moderna - A construção da Modernidade. A formação do Mundo Ocidental Moderno em seus aspectos político e econômico, sociocultural, a partir da análise dos temas da formação do estado moderno e das novas configurações por que passava a Europa ocidental no período compreendido entre os séculos XVI a XVIII.</p>
<p>América Colonial - A construção do imaginário europeu de uma “terra ideal”. A conquista e os mecanismos de implantação da Colônia, o desenvolvimento da sociedade meso-americana. A América anglo-saxônica e a crise do sistema colonial. Sistema colonial e escravidão. Instituições coloniais e poder, igreja e cultura, gênero.</p>
<p>Brasil Colonial- Interpretações historiográficas em torno das dinâmicas e práticas do processo expansionista europeu e da apropriação dos espaços do Atlântico Sul. Configurações político, econômico e cultural da dominação luso-imperial na América portuguesa, durante o Antigo Regime. Práticas colonizadoras na América portuguesa. A emergência de idéias e práticas no fim do Antigo Regime.</p>
<p>Maranhão Colonial - Ocupação e colonização do território maranhense. As diversas frentes de colonização. As disputas pelo território. O processo de consolidação do domínio português até o fim do século XVIII.</p>
<p>História da África - A África a partir das suas múltiplas dimensões e complexidades. O processo de constituição do continente, a hominização e a emergência das civilizações, impérios e os reinos africanos. Estruturação das sociedades africanas. O imperialismo na África. As dinâmicas mais atuais do continente e algumas problemáticas inerentes a constituição de cada Estado-nação. Mudanças contemporâneas. Reaproximidade entre Brasil e África.</p>
<p>América Independente - A ruptura com as metrópoles: independências, construção dos Estados e dos ideários nacionais. Relações entre a América Anglo-Saxônica e os países latino-americanos. Autores americanos nos oitocentos.</p>
<p>Brasil Imperial - Interpretações historiográficas sobre o Brasil Império: estado, nação e identidade nacional. A construção da ordem imperial e os movimentos contestatórios. Terra e Trabalho. Urbanização, novas sociabilidades e vida privada. A política externa e os conflitos na região do Prata. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Abolição e crise da monarquia.</p>
<p>Maranhão Imperial - Historiografia do Maranhão Império. O Maranhão na transição do mundo luso-brasileiro. Disputas políticas e movimentos</p>

insurrecionais. A economia provincial. Urbanização, novas sociabilidades e relações de gênero.
Historiografia Brasileira Conceitos fundamentais e as especificidades da História. O conhecimento histórico e a produção historiográfica brasileira e maranhense. As tendências historiográficas na representação do conhecimento histórico; Estudo de correntes historiográficas do Brasil Os Interpretes do Brasil.
Teoria e Metodologia - As correntes historiográficas do século XX: Escola dos Annales (as três gerações). Escola de Frankfurt. A Escola de Chicago e metodologia da História Oral. O Estruturalismo. Pós-Estruturalismo. A crise do paradigma cientificista. As concepções pós-modernas. O problema entre objetivação, narrativa e representação na ciência histórica. Novas linguagens, abordagens e metodologias de Pesquisa Histórica.
História do Mundo Contemporâneo - Estudo da ambiência política, econômica e cultural que caracteriza a contemporaneidade. As Revoluções do Século XIX. A evolução do capitalismo e das organizações trabalhistas. O imperialismo europeu e o neoliberalismo. As grandes Guerras Mundiais. A Revolução Russa e as Ideologias Totalitárias. Descolonização e Contracolonização. Guerra Fria. Os Movimentos Culturais do século XX. A nova (des) ordem mundial. O Novo Milênio e as novas faces do terrorismo. A Cultura Global. O pós-colonialismo
América Contemporânea - O capitalismo na América Latina contemporânea e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais. Projetos alternativos de Estado: populismo(s), socialismo(s) e militarização do continente. Estados Unidos e imperialismo. A redemocratização da América Latina, o neoliberalismo econômico e a ascensão das “esquerdas”. Análise das ideias políticas expressas por autores latino-americanos contemporâneos.
Brasil Republicano - A história e a historiografia da Primeira República. A crise do regime imperial e o advento da República. A República Velha: formação e consolidação. Economia. Os movimentos sociais, político-religiosos e culturais. O período Getulista (1930 a 1945). A vida privada na República.
Maranhão Republicano - Análise historiográfica a respeito da República no Maranhão e seus desdobramentos. A industrialização, as oligarquias, a cultura, o sertão, o campo e a as lutas sociais, a questão indígena, os grandes projetos.
Brasil Contemporâneo - Análise das mudanças ocorridas na história do Brasil de 1945 aos dias atuais, destacadamente os aspectos políticos, com implicações no sócio-econômico, através de diferentes visões da historiografia. Enfoque desde o estabelecimento da Ditadura até o processo de Redemocratização do país, debatendo especialmente os seus desdobramentos na realidade brasileira. As Diretas Já, o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000) e a caminhada brasileira rumo ao século XXI.
Métodos e Técnicas de Pesquisa - Atividades supervisionadas em projetos e fontes de pesquisas nas diversas áreas de concentração da história, através do trabalho com as fontes que viabilizam a produção monográfica.
História e Cultura Afro-brasileira - O processo da formação de novas sociedades no “novo Mundo”.As contribuições africanas na formação da

sociedade brasileira e comunidades afro-descendentes
Sociedades dos Povos Nativos Brasileiros - Estudo da historiografia das sociedades nativas extintas e atuais do Brasil; sociedades nativas e territorialidade desde os primeiros grupos de caçadores-coletores do período Paleoíndio até os tempos atuais, a saber: a) os índios antes do contato com os europeus; b) a conquista ibérica dos índios no Brasil; c) os índios no contexto do Brasil moderno; d) a presença indígena no atual território maranhense.
Prática – Pedagogia de Projetos (dimensão Política e Teórica) - Concepções de Ensino de História. Questões do método na elaboração de projetos educacionais. Elaboração de Projeto de Pesquisa-Ação no Contexto Escolar.
Prática – Dimensão Curricular no Ensino Fundamental - Fundamentos e Métodos da História no Ensino Fundamental. Construção do projeto de intervenção no Ensino Fundamental. Construção do referencial teórico e procedimentos metodológicos para o ensino de história. Planejamentos de ensino e de aula. Procedimentos e recursos metodológicos. Sistemática de Avaliação do Processo Pedagógico. Micro-aulas.
Prática - Dimensão Curricular no Ensino Médio- Fundamentos e Métodos da História no Ensino Médio. Construção do projeto de intervenção no Ensino Médio. Construção do referencial teórico e procedimentos metodológicos para o ensino de história Planejamentos de ensino e de aula. Procedimentos e recursos metodológicos. Sistemática de Avaliação do Processo Pedagógico. Micro-aulas.
Estágio Ensino Fundamental - O ensino fundamental na legislação vigente. Fundamentação teórica para ação docente. Reflexões sobre habilidades e competências. Os elementos que subsidiam a prática do professor. Micro-aulas. Orientações sobre a elaboração do memorial/portifólio e relatórios. O espaço da escola: discussão, observação e planejamento. A regência na escola (aulas).
Estágio Ensino Médio - O ensino médio na legislação vigente: referencial curricular do ensino médio. Fundamentações teóricas que subsidiam a prática do professor: orientação metodológica, micro-aulas. Orientações sobre a elaboração de memorial/portifólio e relatório. O espaço da escola: discussão, observação e planejamento. A regência na escola (aulas). Avaliação dos relatórios.

8.3.2 Disciplinas Núcleo Comum

Disciplinas – Ementas
Leitura e Produção Textual - Linguagem. Leitura. Texto. Critérios para a análise da coerência e da coesão. Tipologia textual. Gêneros textuais. Leitura, produção e reestruturação de texto.
Filosofia - Natureza e cultura. Pensamento mítico. A crítica do conhecimento. A política. A ética. Trabalho. A ciência.
Metodologia Científica - A problemática do conhecimento e a construção científica. Pluralidade do método científico. A pesquisa científica.

Sociologia da Educação - Sociologia e Educação. Relação entre a escola e a sociedade. Principais teorias sociológicas da educação. Estudo sociológico da política educacional brasileira. O processo da divisão do trabalho na escola. A escola e os movimentos sociais. Sociologia da escola.
Libras-- (Ementa idêntica à do curso de Letras)
Psicologia da Educação - Psicologia da Educação e Prática Profissional. Teorias do Desenvolvimento Humano. Processo e Produto de Aprendizagem. Distúrbios do comportamento. Personalidade: caracterização e mecanismos de ajustamento.
Políticas e Legislação da Educação Brasileira - Evolução da Educação no Brasil. A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes a Base da Educação Nacional nº 9.394/96. O Ensino Fundamental e o Ensino Médio na atual LDB. A Política de Formação dos profissionais da Educação. A educação no Estado do Maranhão: uma análise.
Didática - Didática: concepções. Abordagens pedagógicas na prática escolar. Componentes que fundamentam a Ação Educativa. Organização do trabalho pedagógico. Prática laboral enquanto saber fazer dos conhecimentos didáticos

NÚCLEO LIVRE

Disciplinas – Ementas
História da Moda - O que é Moda?; diferença entre moda, indumentária, roupa, traje (entre outras expressões necessárias a compreensão da História da Moda); a moda aristocrática na Europa Ocidental; a moda burguesa no século XIX; a moda do século XX; as tendências da moda no mundo contemporâneo; a literatura específica sobre moda; a moda no Brasil.
História da Saúde e da Doença – História das Práticas curativas. O nascimento da medicina. A saúde e a doença e suas relações às coisas aos locais, ao social e ao trabalho.
História e Cinema – A relação cinema-história: aspectos históricos e historiográficos. Teorias da História. Teoria da relação cinema-história. O cinema e a História do século XX. A imagem e o ensino de História. O cinema e a história no Brasil. Estética e linguagem cinematográfica.
História e Cultura – Conceito de cultura, bases históricas da cultura. Cultura e identidade. Estrutura histórica e social da cultura nacional. Cultura nacional e cultura regional. Cultura Popular Brasileira.
História e Música – Painel com aspectos da História da música e suas relações com os meios de comunicação. A invenção da diversidade musical brasileira discutida a partir da mistura entre forma europeia e ritmos africanos. Abordagem de três matrizes formativas (o choro, o samba e o baião) e dois momentos de rompimento estético (a bossa nova e o tropicalismo).
História Oral – Memória e História. Espaço, tempo e construção de identidades. Memória, geração e narrativas biográficas. História oral: teoria, metodologia e prática de pesquisa. Produção de fontes orais: diálogo

interdisciplinar.
História e Memória – O papel da memória na transmissão da História, memória e poder, história das mentalidades, história oral, biografias e história.
Fundamentos de Educação Especial - Educação Especial no contexto da sociedade e da escola pública brasileira. Característica da clientela especial. Implicações para a educação. Organização das diversas formas de atendimento educacional.
História da Educação Brasileira – Concepções de educação. Concepção de história e de história da educação. O contexto sócio-econômico e político da educação no Brasil. As lutas em torno da legislação educacional brasileira e os movimentos á favor da educação brasileira.
História dos Movimentos Sociais – Movimentos sociais e história: teoria e prática. Estudo dos movimentos sociais enquanto organização política da sociedade civil, conceituação, caracterização e suas interlocuções com outras instâncias de representações e mediação. O processo histórico, formas atuais de expressão, de organização e luta dos movimentos sociais no Brasil e no Maranhão.
História das Religiões. As idéias religiosas dos povos. A religião dos povos primitivos. As religiões da Índia, China e Japão. A religião Egípcia e a Mesopotâmia. Foroástico e o Madeísmo. A religião dos povos greco-romanos. A religião dos hebreus. O Islamismo, o Cristianismo.
História Agrária- A questão da terra no Brasil. As formas de ocupação do período colonial à lei agrária. Abolição. O coronelismo e os conflitos de terra hoje.
Gênero e História - A historicidade do conceito de gênero e Relações de gênero. Os rumos da História das Mulheres e das Relações de Gênero na historiografia contemporânea. Revisão crítica do conhecimento histórico androcêntrico. As relações vigentes numa perspectiva “inclusiva”.
Paleografia – Materiais e instrumentos para a escrita. Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos. Leitura e transcrição de documentos manuscritos antigos.
História das Idéias Políticas – Política: origem e conceito. Formação do Estado sob a perspectiva dos filósofos clássicos e contemporâneos. Poder e ideologias políticas. O público e o privado. Instituições, movimentos sociais, participação e democracia.
Patrimônio Cultural - Estudo dos elementos que constituem o patrimônio histórico cultural. Discutir o conteúdo histórico dos documentos escritos, dos objetos e utensílios, monumentos, manifestações artísticas e culturais e como utilizá-los no enriquecimento do ensino de história.
História do Sindicalismo no Brasil – A origem do sindicalismo. O sindicalismo no Brasil. As organizações operárias no Brasil no início de século XX. As relações entre sindicato, partidos políticos e sindicato na História do movimento operário. Análise da estrutura sindical cooperativa no Brasil. O novo sindicalismo. O sindicalismo no Maranhão
História da Cultura e da Arte - Conceito de cultura e de arte. A pluralidade das manifestações artísticas e culturais. Os movimentos artísticos no Brasil. Os

múltiplos sentidos da Arte.
História e Imagem – Conceituação de Imagem. Análise metodológica de leitura de imagens. A imagem e a construção do real. A perspectiva histórica da imagem. Usos sociais da imagem.
História e Literatura - Historiografia da Literatura Brasileira. Fato e ficção. Ficção e História. A questão da narrativa. Narração e invenção. Biografia, autobiografia, memória
Educação Inclusiva – (Ementa idêntica à do curso de Letras)
Tópicos Emergentes em História – Não terá ementa definida, em razão do caráter circunstancial vinculado ao contexto social. Art. 10. & 1º. NGEF.
Língua Estrangeira Instrumental - – (Ementa idêntica à do curso de Letras)

8.4 Equivalência Curricular

Levando em consideração que no momento da implementação do novo Curso de História (Licenciatura) estará ainda vigorando paralelamente o currículo aprovado no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 2006, a equivalência será feita em conformidade com o que estabelece o Art. 22 do Regimento dos Órgãos Deliberativos e Normativos, da Universidade Estadual do Maranhão.

Para possibilitar a transição entre os currículos e assegurar o aproveitamento, por parte dos alunos ingressantes até o segundo semestre de 2012, da nova estrutura do curso de graduação em História (Licenciatura), em conformidade com as regras acadêmicas vigentes, a equivalência seguirá os seguintes critérios: aos alunos veteranos, cursando até o sexto período, será garantida a matrícula nas disciplinas do novo currículo, a fim de possibilitar o cumprimento da carga horária mínima exigida para a conclusão da graduação em História Licenciatura; aos alunos do sétimo e oitavo períodos, e aqueles que já extrapolaram o período máximo de integralização do curso, suas matrículas nas novas disciplinas do currículo dependerão da existência de vagas. No entanto, os alunos que extrapolaram o período máximo de integralização do curso, deverão requerer suas matrículas à direção do curso através de requerimento específico, acompanhado de plano de estudo. A matrícula somente será considerada efetivada após a emissão do documento “confirmação de matrícula”.

Para que se observe a disposição das disciplinas nesta equivalência, é necessário observar que foram feitas algumas alterações e/ou adaptações do currículo de 2006 para o proposto neste novo PPP, com previsão de vigorar a partir de 2012.2, após aprovação pelo Conselho Estadual de Educação.

9 A PRÁTICA CURRICULAR

Respeitar-se-á as normas vigentes do Parecer do Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CP 28/2001, aprovado em 02/10/2001, que determina a Prática como componente curricular, considerando a relação teoria e prática e ainda o que expressa o Art. 1º, Parágrafo 2º da LDB, bem como o Art. 3º, Inciso XI que apresenta o conceito de Prática no Parecer CNE/CP 009/2001, revogando, deste modo, a Resolução N° 050/97 - CEPE/UEMA que estabelecia a carga horária de 300 horas para a Prática de Ensino nos cursos de Licenciatura.

Respeitar-se-á, ainda, as Normas específicas para os componentes curriculares de dimensão práticas nº 01/2008 CECEN/UEMA, complementares às Normas Gerais de Ensino de Graduação aprovadas pela Resolução nº 423/2003 – CONSUN/UEMA, e a Dimensão Prática nos Cursos de Licenciatura da UEMA: organização técnico-pedagógica. Dessa forma, apresentamos os seguintes objetivos da Prática no Curso de História:

a) Proporcionar aos alunos uma prática de vivência que contemple a pesquisa, o ensino e a extensão, buscando um conhecimento do ensino de História nos diversos níveis de ensino;

b) Desenvolver a profissionalização do ensino a partir da experiência pedagógica desde os períodos iniciais do Curso;

c) Retroavaliar o ensino a partir da observação e da prática com o olhar do profissional de História atuante na Educação Básica;

d) Possibilitar um diálogo da Academia com os professores de História das escolas públicas e particulares de ensino básico;

e) Vivenciar a prática investigativa reflexiva, socializando as produções obtidas com a comunidade acadêmica e escolar.

A Prática de Vivência Curricular no Curso de História é distribuída em 03 (quatro) disciplinas, de 135 horas, iniciando no 2º período e desenvolvendo-se até o 6º período, totalizando 405 horas. Conforme as normas contidas na “Dimensão Prática nos Cursos de Licenciatura da UEMA: organização técnico-pedagógica” (2009, p. 14), as ações a serem desenvolvidas pelos estudantes no âmbito da prática curricular exigem a participação em atividades voltadas à pesquisa: reflexão e intervenção em situações-problema na comunidade; produção de trabalhos científicos diversos, como projetos, relatórios e resumos.

No desenvolvimento de cada uma das disciplinas, está previsto a distribuição da carga horária da seguinte maneira: 45 horas para serem desenvolvidas pelo professor-orientador; 60 horas para o desenvolvimento de atividades pelos estudantes, em caráter independente; e 30 horas para a produção do trabalho final, a ser apresentado ao professor-orientador. É importante salientar que tais atividades contam com a orientação e planejamento dos docentes do curso, estando as disciplinas da prática organizadas da seguinte maneira:

- ✓ **Prática – Pedagogia de Projetos (dimensão político- social)**– Concepções de Ensino de História. Questões do método na elaboração de projetos educacionais.
- ✓ **Prática – Dimensão Curricular no Ensino Fundamental** – Fundamentos e Métodos da História no Ensino Fundamental. Construção do projeto de intervenção no Ensino Fundamental. Construção do referencial teórico e procedimentos metodológicos para o ensino de história. Planejamentos de ensino e de aula. Procedimentos e recursos metodológicos. Sistemática de Avaliação do Processo Pedagógico.
- ✓ **Prática – Dimensão Curricular no Ensino Médio** – Fundamentos e Métodos da História no Ensino Médio. Construção do projeto de intervenção no Ensino Médio. Construção do referencial teórico e procedimentos metodológicos para o ensino de história Planejamentos de ensino e de aula. Procedimentos e recursos metodológicos. Sistemática de Avaliação do Processo Pedagógico.

10 – ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

O estágio curricular supervisionado deve proporcionar um conhecimento da realidade profissional do ensino. Tal conhecimento deve agregar estudo, análise, problematização, reflexão, solução de problemas, elaboração e execução de projetos de ensino e de pesquisa.

O Estágio Curricular Supervisionado é uma disciplina obrigatória para a graduação. Sua principal função é propiciar a complementação do processo ensino-aprendizagem que o aluno teoriza na Academia. É uma atividade importante da formação do profissional e que permite experienciar as vivências reais no ambiente escolar e nos acervos de preservação da memória.

Para o **Estágio de Licenciatura**, a carga horária de 405 horas é assim distribuída: 225 h para o Ensino Fundamental e 180h para o Ensino Médio. Este Estágio Supervisionado pressupõe atividades efetivadas em um ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, que se concretiza na relação interinstitucional, estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um supervisor acadêmico. Deve proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática, por meio da vivência institucional sistemática, intencional, norteada pelo projeto pedagógico da instituição formadora e da unidade campo de estágio. Para a licenciatura, o aluno estagia nas escolas a partir do 7º período. As escolas da rede pública estadual são campos de estágio dos alunos da UEMA.

O aluno que exerce atividade docente regular na educação básica poderá ter redução de carga horária do estágio curricular supervisionado de 180 (cento e oitenta) horas, conforme determina as Normas Gerais do Ensino de Graduação (NGEG/UEMA). O discente também pode desenvolver a *vivência profissional complementar*, ou seja, atividades de estágio extracurriculares, porém, de forma similar ao estágio curricular, visando proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situação de prática profissional.

Conforme Resolução do Conselho Nacional de Educação, Comissão Plena CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, em seu art. 1º, incisos I e II determina:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso.

Conforme a Dimensão Prática nos Cursos de Licenciatura da UEMA, o estágio curricular está aberto à pesquisa extensão no ambiente educativo, devendo oportunizar ao estudante condições para o desenvolvimento de sua prática docente. As atividades de estágio Curricular obrigatório serão compostas de:

1. Orientação e exercício teórico-metodológico específicos para planejamento e aulas simuladas em classe da licenciatura;
2. Vivência no ambiente educativo em que serão realizadas atividades didático-pedagógicas concernentes ao campo de estágio, dentre elas: regência de classe; atividades específicas do contexto educativo e a intervenção da pesquisa iniciada na prática curricular;
3. Encontro final, em classe da licenciatura, para a avaliação oral e escrita do relatório de estágio.

A avaliação deve se processar de três formas: ficha preenchida pela instituição, ou seja, o campo de estágio, explicitando o desempenho do estagiário; relatório elaborado pelo estagiário e entregue à Coordenação de Estágio para ser encaminhado à Divisão de Estágio da PROEXAE (Pró-Reitoria e Extensão); avaliação do supervisor de estágio, correspondendo a regência de sala de aula.

Os estágios do Curso de História Licenciatura propostos neste Projeto deverão ocorrer obrigatoriamente nos campos de trabalho do profissional educador. Ao final das atividades de Estágio Curricular são elaborados relatórios e apresentados à

coordenação, constituindo um instrumento avaliativo do processo de ensino-aprendizagem como etapa formativa do profissional.

11 - ATIVIDADES ACADÊMICO- CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

A Resolução 276/2001 – CEPE/UEMA, estabelece como **Atividades Complementares** ao currículo: estudos de disciplinas integradoras; realização de seminários, participação em eventos, discussões temáticas, atividades acadêmicas à distância, iniciação à docência, à pesquisa e à extensão, vivência profissional complementar.

Os *eventos* são atividades das quais o aluno participa como: congressos, seminários, colóquios, simpósios, encontros, festivais, palestras, exposições, olimpíadas, cursos seqüenciais, que serão avaliados por meio da apresentação, ao curso, de relatórios ou certificados dos eventos / publicação pesquisas ou similares.

Foram previstas neste Projeto as 225 (duzentas e vinte e cinco) horas destinadas a outras formas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), que serão efetivadas por meio de monitorias, produção de estudos, elaboração de pesquisas, oficinas, seminários, eventos, participação em eventos científicos, técnicos, culturais e comunitários, produções coletivas, entre outras atividades relacionadas ao processo formativo do profissional em História.

Essas atividades desenvolvidas pelo aluno durante o Curso deverão compor as horas estabelecidas pela legislação. Por essa razão, o Colegiado do Curso estabeleceu as atividades que poderão ser apresentadas para a computação dos pontos, conforme a distribuição a seguir:

- Atividades de iniciação científica (PIBIC);
- Participação em grupos de estudos e/ou núcleos de pesquisa vinculados a IES ou entidades de fomentos (CNPq/ CAPES/FAPEMA, etc.);
- Monitoria;

- Participação em projetos de pesquisa e/ou extensão e cursos de extensão vinculados à IES;
- Participação em congressos, seminários, jornadas, simpósios, salão de exposição ou outros eventos científicos, técnicos ou culturais como ouvinte ou apresentação de trabalho (expositor, debatedor, comunicador ou similar) na área específica de conhecimento e áreas afins;
- Participação em atividades de extensão na forma de consultoria ou prestação de serviços;
- Publicações científicas, culturais, didáticas ou técnicas, específicas da área de conhecimento e áreas afins;
- Atividades extracurriculares em História e áreas afins (exercício da atividade de docência e/ou de pesquisador, participação em semana pedagógica, em coordenação/orientação de trabalho em feiras científicas e culturais escolares, etc.);
- Outras atividades comprovadas

12 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Segundo a Resolução nº 423//2003-CONSUN/UEMA, Capítulo VI, para efetivar a conclusão do curso de Graduação em História (Licenciatura), o aluno deve apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC, de caráter científico, uma monografia orientada por um docente vinculado a uma IES. Além dessa opção o aluno poderá, ainda, apresentar Proposta Metodológica para a Educação Básica.

O TCC do curso de graduação em História é uma monografia, de no mínimo 40 páginas, voltado para o conteúdo das disciplinas cursadas ou assunto de interesse do aluno, mas, que seja capaz de consolidar as atividades desenvolvidas no curso. Este trabalho será submetido à apreciação de uma banca avaliadora, composta pelo orientador e dois professores arguidores que tenham afinidade com a temática apresentada no trabalho.

O curso deve instituir um seminário de divulgação dos trabalhos científicos,

ou seja, das monografias defendidas pelos alunos do curso, relatórios de iniciação científica, atividades desenvolvidas em sala de aula, participação em extensão, a ser realizado semestralmente com carga horária de até 25 horas, que será aceita também como atividades complementares. Os alunos que defenderam monografia e obtiveram no mínimo nota 9,0 (nove) serão convidados a participarem desse seminário.

13- ESTRUTURA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

13.1 – Recursos Humanos

O curso de História Licenciatura estará a cargo de um Diretor(a), assessorado por um colegiado de Curso. É composto pelos professores que ministram as disciplinas, o corpo discente e o pessoal técnico-administrativo.

13.1.1 Colegiado de curso

O Colegiado é um órgão deliberativo e consultivo do Curso, composto por: um Coordenador como seu presidente; representantes dos Departamentos cujas disciplinas integram o curso, na razão de 02 (dois) docentes por cada quatro disciplinas. Tais representantes e seus suplentes serão escolhidos entre seus pares na Assembléia Departamental por todos os professores do curso. Também participa do colegiado um representante estudantil.

O *status* de membro do Colegiado perdura o tempo que o docente estiver lotado no Departamento, e no caso do representante do corpo discente, regularmente matriculado, devidamente eleito pelo Diretório acadêmico do curso, o mandato será de um ano.

O Colegiado se reunirá uma vez por mês, extraordinariamente, quando convocados por seu presidente e pela maioria da totalidade de seus membros em exercício. As demais disposições referentes ao Colegiado do curso são definidas no Regimento dos órgãos deliberativos e normativos da Universidade Estadual do

Maranhão.

13.1.2 – Direção de Curso

A direção do curso será exercida uma/um docente de carreira da Universidade Estadual do Maranhão, lotado no Departamento do respectivo curso, eleito(a) por meio de votação direta e secreta, nomeado pelo Reitor, nos termos da legislação vigente na Universidade. O mandato será de dois anos, permitindo uma única recondução.

O Diretor do Curso de História desempenha um papel relevante na construção do perfil de um curso de excelência, desenvolvendo múltiplas ações e orientações centrais do curso em consonância com docentes e discentes, buscando soluções para as questões que envolvam rotinas administrativas e pedagógicas, além de encaminhamentos dos projetos que visam a consolidação de metas e políticas acadêmicas.

As atribuições da direção de um Curso de Graduação em História são múltiplas: interação entre a comunidade estudantil e o corpo docente; mediação das questões administrativas advindas dos diversos escalões com a comunidade acadêmica; organização, comunicação, conciliação, integração e liderança; acompanhamento do desempenho das disciplinas, observando se as mesmas estão alcançando os objetivos desejados; promoção de encontros, palestras e seminários para avaliar o desempenho do curso; verificar as causas da evasão do Curso; levar ao conhecimento da sociedade a importância do curso de História, por meio de palestras, reuniões com instituições públicas e privadas, etc. Além do Diretor, a estrutura organizacional do Curso conta com uma secretária para assessoramento, um agente administrativo, e estagiários eventuais, operando em atividades burocráticas do Curso.

13.1.3 Núcleo Docente Estruturante

Para estruturar e responder pelo NDE do Curso de Administração, conforme o que preceitua a Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010, MEC/CONAES,

foi realizada reunião extraordinária, no Departamento do Curso de Administração, momento em que foram eleitos os representantes do referido NDE, bem como a determinação da periodicidade de reuniões com o fim de proceder à avaliação do presente projeto. Para tanto, foram eleitos os seguintes membros efetivos:

1. Prof^a. Regina Celia Costa Lima, Esp..
2. Prof. José Siney Ferraz Rodrigues, M.Sc.
3. Prof^a. Margarida Chaves dos Santos Santos, M.Sc.
4. Prof^a. Maria Aparecida Alves Rocha Coelho, Esp.
5. Prof. Jessé Gonçalves Cutrim, M.Sc.

13.1.4 - Corpo Docente

O curso de graduação em História tem atualmente um corpo docente efetivo composto por 01 doutor, 06 mestres e 04 especialistas, lotados no Departamento de História e Geografia. Este número ainda é insuficiente para atender a demanda de atividades exigidas pelo curso, o que tem levado à contratação de professores substitutos.

Para a meta de oferta de programas de pós-graduação *Lato Sensu*, o curso necessita ampliar nos próximos anos esse quadro docente para no mínimo 20 professores, ampliando e aperfeiçoando os trabalhos já desenvolvidos na graduação, na iniciação científica e extensão. As atividades do corpo docente incluem ensino, pesquisa, orientações de pesquisa, participação em bancas examinadoras e grupos de pesquisa, entre outros

O Curso de História tem se destacado na graduação e pós-graduação *Lato Sensu* por meio das boas pesquisas de conclusão de curso e de alunos de iniciação científica. Por essa razão, visando o acesso a esta produção acadêmica, as monografias de conclusão de curso há pretensão da criação da uma revista eletrônica para a divulgação desses trabalhos

Tabela 6 - Quadro Atual dos Professores do Curso

a) Quadro efetivo

Docente	Titulação	Regime Trabalho
Edmilson Rosa Bezerra	Mestre	40h
Francisco Alberto Gonçalves Filho	Especialista	40h (licenciado)
Jaime Garcia Siqueira Júnior	Doutor	40h (licenciado)
Jessé Gonçalves Cutrim	Mestre	40h
José Siney Ferraz Rodrigues	Mestre	TIDE
Luíz Maia da Silva	Especialista	40h
Maria Aparecida A. Coelho Rocha	Especialista	40h
Maristane de Sousa Rosa	Mestre (doutoranda)	TIDE (licenciada)
Margarida Chaves dos Santos	Mestre	40h
Moab César Carvalho	Mestre	40h
Regina Célia Costa Lima	Especialista	40h

b) Docentes Substitutos

Esvetilana Bonfim Bezerra	Especialista	40h
Carlos Hermes Ferreira da Cruz	Especialista	20h
Danielly Moraes Rocha	Graduada	20h
João Paulo Santana Maciel	Especialista	20h
Renan Henrique Chaves Messias	Especialista	20h
Marisinha Lopes Silva	Especialista	40h
Witembergue Gomes Zapparoli	Mestre	20h
Márcio Mosiel do Nascimento Oliveira	Especialista	40h

13.1.5 Corpo Técnico- Administrativo

No que se refere ao pessoal Técnico – Administrativo, o curso de História – Licenciatura e Bacharelado, conta com apenas 02 funcionários, uma secretária e um auxiliar administrativo. O volume de trabalho exige um número maior de funcionários,

inclusive para atender o curso de especialização. A universidade precisa realizar Concurso Público para técnico – administrativo e ampliar a qualificação dos funcionários existentes, criando mecanismos de melhoria da remuneração, pautados no processo de isonomia para o plano de cargos e carreiras, despertando os servidores para a busca da qualificação profissional.

Funcionário(a)	Cargo/Função	Matrícula	Regime Trabalho
Ilaíse Martins Lima de Aguiar	Secretária do Departamento de História e Geografia e História	294	30 horas
Maria Amélia da Silva Freire	Auxiliar Administrativo do Curso de História	317	30 horas

13.1.6 Corpo Discente

O corpo discente do curso de História – Licenciatura é constituído de alunos(as) regularmente matriculados, e que terão seus direitos acadêmicos assegurados pelas normas internas da Instituição. A representação estudantil, por meio de seu Diretório acadêmico, participa das discussões no colegiado do curso, acompanhando as decisões, tendo direito a voz e voto.

O Diretório Acadêmico é composto por 10 (dez) membros, assim distribuídos: um (a) presidente, um(a) vice-presidente, um secretário(a) geral, um tesoureiro(a), um secretário(a) de assuntos estudantis, ensino, pesquisa e extensão, um secretário(a) de cultura, imprensa e esportes, um secretário (a) de assuntos extraordinários e três suplentes.

13.2 - Recursos Materiais

Atualmente a direção do curso desenvolve suas atividades em uma sala

no prédio do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – CESI. As aulas também são ministradas no referido prédio, localizado à Rua Godofredo Viana, s/n, Centro, Imperatriz, Maranhão. O curso dispõe dos seguintes equipamentos: DVDs (02), aparelho de vídeo (02), TVs (01), aparelhos de data-show (02) e notebook (02).

13.3 – Horário de Funcionamento do Curso

O curso de História da UEMA desenvolve suas atividades acadêmicas atualmente nos turnos: matutino vespertino e noturno. No entanto, dada as necessidades de atividades, pesquisa e extensão, o turno vespertino será preferencialmente para as atividades extra-curriculares como os eventos científicos (simpósios, congressos); atividades de pesquisa nos acervos de instituições públicas e privadas; práticas de ensino e estágios curriculares; atividades de pesquisa de iniciação científica e nos laboratórios de ensino e pesquisa; atividades de extensão.

Horário das Aulas

	matutino	noturno
1º horário	07:15 às 08:05	18:20 às 19:10
2º horário	08:05 às 08:55	19:10 às 20:00
3º horário	08:55 às 09:45	20:00 às 20:50
4º horário	10:00 às 10:50	20:50 às 21:40
5º horário	10:50 às 11:40	21:40 às 22:30
6º horário	11:40 às 12:30	

14- OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CURSO DE HISTÓRIA

A dinâmica do Curso de História corresponde a outras atividades relacionadas ao ensino a pesquisa e a extensão

a) ensino – além da graduação há um interesse pela oferta de cursos de

pós-graduação *Lato Sensu*. Atualmente estamos ofertando a Especialização em História e cotidiano da Amazônia

b) pesquisa - atualmente contamos com três grupos de pesquisa:

- História, Educação e Gênero
- Cultura e Religião, este em parceria com professores e alunos da UFMA campus de Imperatriz.
- Teoria e Metodologia da História
- Teoria e Metodologia da História.

Conta também com o **Núcleo de Estudos Afro-indígena de Imperatriz - NEAI**.

Estes grupos de pesquisa e o núcleo respondem à necessidade de um maior aprofundamento das pesquisas, o fortalecimento da iniciação científica e a continuidade dos estudos.

c) extensão – curso conta com o grupo de estudos de História Antiga - Práticas e representações Culturais no Mundo Antigo: uma análise das civilizações grega e romana. Projeto que resultou edição do Encontro Nacional de História Antiga e Medieval de Imperatriz

A pretensão das/dos docentes do curso é criar nos próximos anos: O Núcleo de Altos Estudos da Amazônia NAEA, a criação do museu arqueológico do sul do Maranhão e um periódico de divulgação da produção científica da comunidade acadêmica do curso.

15 – METODOLOGIA E FORMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O Curso de Graduação em História considera que a Metodologia de Ensino-aprendizagem e de avaliação, são fundamentais para o sucesso de um Curso e, conseqüentemente, para a formação profissional. Nesse sentido, procura acompanhar as fundamentações teórico-metodológicas que se fazem nacionalmente sobre os aspectos de metodologias e avaliação no sistema escolar como um todo, e nesse sentido se atualiza quanto às suas práticas nesse contexto. Assim, entende que não há

um único método capaz de atingir seus objetivos, na medida em que estes estão relacionados a vários contextos que se interpenetram, tais como situações didáticas das mais diversas, condições individuais e sociais dos alunos, expectativas dos professores, entre outros.

A formação do profissional em História deve garantir o desenvolvimento das competências e habilidades relativas ao ensino, pesquisa e difusão como já foi destacado nesta proposta. Para isso são necessárias condições metodológicas propiciadoras do fazer histórico, com ênfase no processo ensino-aprendizagem e da produção do conhecimento. O acompanhamento desse processo, por meio de avaliação periódica, possibilitará o diagnóstico das dificuldades e avanços, contribuindo para a superação dos problemas e melhorias das práticas pedagógicas em curso.

O processo de avaliação deve se dá na dimensão processual, que propicie aos sujeitos uma relação dialógica e de interação com o conhecimento adquirido. A avaliação não é um momento estanque, com objetivos quantitativos e classificatórios. Ao contrário, ocorre durante todo processo de ensino aprendizagem, servindo tanto para o aluno como para o professor acompanhar o percurso de ensinar e aprender. Neste sentido é interessante observar as colocações de Hoffman (2001, p. 18), ao dizer que os “estudos em avaliação deixam para trás o caminho das verdades absolutas, dos critérios objetivos, das medidas padronizadas e das estatísticas, para alertar sobre o sentido essencial dos atos avaliativos de interpretação de valor sobre o objeto da avaliação, de um agir consciente e reflexivo frente às situações avaliadas e de exercício do diálogo entre os envolvidos”.

A avaliação processual deve ser feita por meio de diferentes formas de atividades, a fim de perceber até que ponto os objetivos propostos estão sendo alcançados, se são coerentes com os procedimentos metodológicos, servindo tanto para que os professores e alunos acompanhem seu desenvolvimento nesse processo de ensino-aprendizagem. Por essa razão, é fundamental que avaliação tenha um *feedback*, que haja um retorno por parte dos sujeitos envolvidos nesse processo avaliativo.

O objetivo da avaliação não deve ser meramente classificatório, mas principalmente formativo, avaliando-se não só o conhecimento adquirido, mas as habilidades para fazer uso do mesmo, especialmente para o ensino, pesquisa e difusão. Para a avaliação nessa perspectiva, é necessário o planejamento sistemático das atividades, iniciando pelo plano de ensino de cada disciplina, os quais devem contemplar as competências e habilidades esperadas para o profissional em História. Entre essas diversas atividades necessárias para o desenvolvimento de habilidades de escrita, oralidade, síntese, análise, entre outras, são propostas a elaboração de textos dissertativos, como provas, ensaios monográficos, projetos, resenhas, relatórios, artigos, resumos, memoriais. Para as apresentações orais, são propostos os seminários, debates, painéis, mesas coordenadas, e outras atividades de grupo.

A avaliação é considerada como fator de aprimoramento do processo e promoção dos envolvidos, serve como instrumento de aferição dos resultados das ações desenvolvidas em todos os seus segmentos. Dessa forma a perspectiva do Curso de História é manter uma prática constante da avaliação diagnóstica, processual e cumulativa buscando apreender em momentos importantes do processo educativo a identificação de avanços, conquistas, dificuldades a serem superadas e a correção de desvios. Essa postura torna o perfil da percepção da avaliação no Curso como algo que parta de uma concepção de apreensão de conhecimento nem estática, nem cumulativa, mas dinâmica, contraditória e criativa. O aluno é visto como sujeito do processo, ativo, que também os constrói conhecimento como participante ativo do processo de avaliação, em todos os seus momentos, também se auto-avaliando. Participação na avaliação é sinônimo de avaliação permanente. “Aprender a avaliar-se e a criticar-se para melhorar é a contribuição central da participação para a avaliação.”

16 – METAS E DESAFIOS DO CURSO

O Curso tem expectativas a serem cumpridas a curto, médio e longo prazo. De início, como meta de curto prazo é a ampliação do quadro docente e a qualificação de todos os docentes na titulação mínima de mestrado. Ao alcançar esta meta, o curso poderá desenvolver suas atividades de forma mais eficaz, em condições adequadas

para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, contando com salas de aula, diversos laboratórios, salas de professores, sala de projeção, sala de defesa de monografias, salas e secretaria para a pós-graduação, biblioteca, área de vivência, e demais espaços acadêmicos.

Outra meta imediata é a ampliação do quadro docente, com a efetivação de novos professores para o desenvolvimento de atividades acadêmicas na graduação e na pós-graduação. Está em andamento o concurso público para preenchimento de seis vagas na carreira de magistério superior no nível de Adjunto, para as disciplinas de História da Metodologia e Teoria da História, História da América, História Moderna, História Antiga e medieval e duas vagas para o Ensino de História. No entanto, o curso irá solicitar ao Departamento novas vagas para professor adjunto a fim de atender a demanda de crescimento do curso, que conta atualmente com seis turmas na graduação e uma na especialização, além de projetos de pesquisa e extensão, com a perspectiva de criação de novos grupos e laboratórios de pesquisa. A ampliação do quadro docente possibilitará, aos professores(as) a continuação de seus estudos em nível de mestrado e doutorado.

17 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O processo de avaliação da proposta pedagógica do curso de História – Licenciatura – deve envolver todos os segmentos do curso: corpo docente, discentes, técnicos- administrativos. Deverá ser formada uma comissão permanente de acompanhamento e avaliação da presente proposta para fazer os ajustes necessários e verificar a efetivação das metas aqui elencadas. A Comissão deverá ser composta a cada dois anos por 01 avaliador externo e por representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo do curso de História da UEMA, destinando-se aos seus membros 04 horas semanais.

Esta **Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação** deverá ter autonomia para realizar seu trabalho e aplicar seus instrumento de avaliação, assim como fazer o relatório de registro dos resultados obtidos. Entre as atividades previstas para a Comissão, destacamos:

- a avaliação continuada e sistemática da proposta pedagógica com toda a comunidade acadêmica para que os ajustes necessários sejam feitos;
- o acompanhamento ao longo dos semestres da qualidade das disciplinas ministradas no Curso, a fim de que se possa encontrar mecanismos e alternativas para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem e da prática profissional;
- avaliação permanente dos planos de ensino e das estratégias pedagógicas das disciplinas;
- publicação do relatório final de avaliação a cada dois anos.

REFERÊNCIAS

Documentos Legais

BRASIL. (MEC) Ministério de Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental**. Brasília. 1997

BRASIL. (MEC) Ministério de Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília. 1997

DIRETRIZES CURRICULARES DA GRADUAÇÃO - Curso de História – MEC. Brasília – DF, 1999. Parecer nº CNE/CES 492/2001

NORMAS GERAIS do Ensino de Graduação. Aprovada pela resolução nº 423/2003 – CONSUN/UEMA. 04/12/2003.

PARECER do Conselho Nacional de Educação CNE/CES/ 583/2001. Aprovado 04/04/2001

PARECER do Conselho Nacional de Educação CNE/CP/28/2001. Aprovado. 06/08/2001.

PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA – Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão. Imperatriz: UEMA, 2008.

PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA – Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2011.

RESOLUÇÃO Nº 203/2000 – CEPE/UEMA. Aprovada 29/08/2000

RESOLUÇÃO Nº 261/2001 – CEPE/UEMA. Aprovada 05/03/2001

RESOLUÇÃO Nº 276/2001 – CEPE/UEMA. Aprovada 19/07/2001

RESOLUÇÃO Nº 312/2001 – CEPE/UEMA. Aprovada 05/11/2001

RESOLUÇÃO Nº 423/2003 – CONSUN/UEMA. Aprovada 04/12/2003

RESOLUÇÃO Nº 276/2001 – CNE/CP2. Aprovada 19/02/200

Referências Bibliográficas

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro. “Elaboração de um projeto de ensino”. IN: **Revista Presença Pedagógica**. Editora Dimensão. Mar/2002. nº 44. v.8. p. 12-23.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Competências e habilidades**: da proposta à prática. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

CRUZ, Giseli Barreto da. “A escola e seu projeto político – pedagógico” IN: **Revista Presença Pedagógica**. Editora Dimensão. Mar/2002. nº 44. v.8. p. 12-23.

DUARTE, Sebastião Moreira (org.) **O projeto Pedagógico dos cursos de graduação** - Guia prático de redação. São Luís: PROGAE/UEMA. 2000.

ALMEIDA, Ana Maria Freire. **O significado do Projeto Pedagógico**. Departamento de Educação da UNESP. Bauru, SP.

GANDIN, Danilo. **Temas para um projeto pedagógico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

PERRRNOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RIBEIRO, Luis Dário. “História e pensamento único” IN: HELIFER, Nair Emma. LENSKIJ, Tatiane. (org.) **A memória e o ensino de história**. Santa Cruz do Sul: Edunisc: São Leopoldo: ANPUH/RG, 2000.

SANTOS, Márcia Maria Cappellano dos. **Projeto Pedagógico de Curso**: Subsídios para elaboração e avaliação. Caxias do Sul: EDUSC, 1999.

SILVA, Marcos Antonio. “Ensino de História, exclusão social e cidadania cultural – contra o horror pedagógico”. IN: HELIFER, Nair Emma. LENSKIJ, Tatiane. (org.) **A memória e o ensino de história**. Santa Cruz do Sul: Edunisc: São Leopoldo: ANPUH/RG, 2000.

VIEGAS, Ilma Passos Alencastro. (org.) **Projeto político pedagógico**. 13ª ed. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Magistério)

VIEGAS, Ilma Passos Alencastro. RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de. **Escola Espaço de Projeto Político Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2000.